

A Microfísica da Capilarização Neopentecostal e a Reconfiguração do Campo Político-Religioso Brasileiro: Da Ocupação de Base ao "Dog Whistling" Institucional (2007–2026)

Eloá Kátia Coelho

Cientista Social PUCRS

Coordenadora-Geral de Relações Internacionais do ILAH2

Resumo: O presente artigo analisa as transformações estruturais e as clivagens teopolíticas no campo religioso e político brasileiro ao longo das primeiras duas décadas do século XXI. Investiga-se o processo de capilarização de comunidades eclesiais neopentecostais autônomas a partir de frentes estratégicas de base — caracterizadas pela desregulamentação arquitetônica, inserção nos sistemas prisionais, instrumentalização de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), captura dos Conselhos Tutelares e ocupação oligopólica dos meios de radiodifusão. Sob o arcabouço teórico da Teologia do Domínio, da microfísica do poder e da Geografia da Escassez, examina-se como a ocupação de espaços marginais ao aparato estatal culminou na consolidação de um bloco de veto parlamentar (a "Bancada da Bíblia") e na reengenharia da governabilidade por meio de emendas impositivas voltadas à manutenção da dependência comunitária. Por fim, o trabalho analisa como essas forças subterrâneas desaguaram na crise cibernética, informacional e institucional de setembro de 2026 envolvendo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Palavras-chave: Neopentecostalismo; Geografia da Escassez; Teologia do Domínio; Emendas Impositivas; Bancada da Bíblia.

1. Introdução: O Deslocamento Hegemônico e a Secularização Reversa

A análise contemporânea do Estado de Direito no Brasil exige o abandono das premissas clássicas da secularização linear e teleológica. O fenômeno que se descortina nas frestas institucionais da Nova República caracteriza uma *secularização reversa* ou *pós-secularismo*, onde o elemento confessional não apenas resiste aos vetores da modernidade e da racionalidade ocidental, mas os instrumentaliza para fins de governabilidade, hegemonia jurídica e controle biopolítico.

A transição demográfica e religiosa brasileira — marcada pelo declínio acelerado do catolicismo tradicional e pela ascensão em progressão geométrica do protestantismo de matriz pentecostal e neopentecostal — não se processou como uma mera migração de dogmas e foro íntimo. Trata-se de uma reengenharia sociocultural e espacial perfeitamente coordenada. A hipótese central deste trabalho reside no fato de que a capilarização eclesial operou por meio de uma microfísica espacial que antecedeu, em larga medida, a sua expressão macropolítica nas instâncias de poder do Congresso Nacional. O embate observado em setembro de 2026 — envolvendo o aparato de comunicação digital, candidaturas majoritárias à Presidência da República, a cúpula da Igreja Católica Apostólica Romana e investigações de inteligência de bastidores — constitui o ápice de um processo de fricção que se estende de forma contínua desde, pelo menos, 2007.

2. A Microfísica da Capilarização Espacial e Social na Geografia da Escassez

Para compreender a densidade e a eficácia desse fenômeno de transição, faz-se necessário dissecar os vetores de capilarização que permitiram às franjas neopentecostais uma penetração social e uma agilidade logística superiores à burocracia estatal e à estrutura paroquial católica. Esta expansão operou através de cinco eixos fundamentais de ocupação espacial e institucional adaptados à *Geografia da Escassez* — categoria teórica que define não apenas a carência de renda monetária, mas a ausência deliberada, crônica e estrutural do Estado em prover o tripé de saneamento, segurança e direitos fundamentais básicos:

2.1. Desburocratização Eclesial, Ausência de Pré-requisitos e Arquitetura Líquida

Diferente da estrutura eclesiástica católico-romana, que exige anos de formação seminarística rígida, validação jurídica episcopal e vultosos investimentos em plantas arquitetônicas sacras e tombadas, o neopentecostalismo opera sob a lógica da *arquitetura líquida* e da *franquia espiritual autônoma*. Eliminam-se os pré-requisitos de formação teológica tradicional ou diplomas acadêmicos, priorizando o carisma, a liderança nata e a homologia de classe com o fiel. O espaço físico perde sua rigidez litúrgica: a capilaridade torna-se o maior pré-requisito da ausência de arquitetura. Qualquer garagem residencial vazia, uma antiga oficina mecânica, um galpão de periferia ou uma sala comercial transmuta-se em espaço sagrado, tribunal de conciliação interna e centro de agregação comunitária em poucas horas. Essa desregulamentação garante uma velocidade de expansão territorial e demográfica que se amolda e se alimenta instantaneamente dos vazios gerados pela Geografia da Escassez.

2.2. A Capilarização nos Ambientes de Exclusão: O Sistema Carcerário

O colapso do sistema penitenciário brasileiro transformou as penitenciárias em laboratórios de governabilidade paralela e controle anátomo-político dos corpos. Diante da falência do Estado em prover segurança interna, assistência jurídica elementar e ressocialização, as missões carcerárias evangélicas preencheram o vácuo institucional. A capelanía converteu-se na principal agência de suporte psicossocial e material tanto para a população carcerária quanto para os núcleos familiares extensos que orbitam os presídios. Ao mediar a paz em ambientes hiper-violentos e oferecer caminhos reais de reabilitação fora das estruturas das facções criminosas, o segmento neopentecostal acumulou um capital simbólico de altíssima fidelidade e gratidão de base, operando o poder pelo poder através do socorro mútuo na privação absoluta.

2.3. Captura Estratégica do Aparelho de Base: Os Conselhos Tutelares

Uma das manobras de maior eficácia geopolítica interna consistiu na ocupação planejada dos Conselhos Tutelares por todo o território nacional. Sendo órgãos municipais dotados de poder de polícia administrativa, fiscalização das políticas de infância, juventude e diretrizes morais escolares, o controle dessas instâncias confere poder de veto moral na base do funcionalismo público. Aproveitando-se do histórico absenteísmo do eleitorado geral nessas eleições — que ocorrem fora do calendário majoritário e possuem voto facultativo —, as corporações pastorais passaram a mobilizar comícios dominicais e redes de fiéis para votar em massa. O resultado foi a eleição de milhares de conselheiros alinhados à pauta teológica, convertendo o aparato de proteção à infância em uma trincheira de policiamento de costumes diretamente conectada às lideranças de bairro.

2.4. Terceirização Estatal via Organizações da Sociedade Civil (OSCs)

A reforma do Estado e a consolidação do Terceiro Setor criaram o ambiente jurídico perfeito para o financiamento público de redes eclesiais. Através de parcerias, termos de fomento e contratualizações para a gestão de comunidades terapêuticas, centros de reabilitação de adictos e creches conveniadas, parcelas expressivas do orçamento público foram direcionadas a entidades geridas por lideranças evangélicas (OSCs e Organizações Sociais - OS). Esse mecanismo gerou um circuito fechado de retroalimentação: o Estado financia a assistência social que, por sua vez, valida e expande a base comunitária da igreja, cobrindo as lacunas da escassez estrutural com a chancela e o recurso do próprio poder público.

2.5. O Império de Radiodifusão e a Esfera Pública Digital (Rádios e TVs)

A legitimação de massa operou-se pela transição da radiodifusão analógica para o oligopólio de mídia digital. O arrendamento de madrugadas de redes de TV aberta e a aquisição de concessões de rádio FM criaram um ecossistema sonoro permanente no cotidiano das classes populares. Com o advento das redes sociais, essa malha de comunicação transmutou-se em canais de YouTube e redes de mensageria instantânea (WhatsApp e Telegram), capazes de pautar a percepção da realidade de milhões de indivíduos de forma hipersegmentada, operando fora do alcance da checagem de fatos tradicional e da regulação estatal.

3. Do Capital Social ao Bloco de Veto Parlamentar: A Gênese da "Bancada da Bíblia"

A verba e a conversão do capital social acumulado nessas frentes de base em capital eleitoral seguiu a lógica do voto corporativo confessional, resumido no aforismo pragmático "irmão vota em irmão". A Frente Parlamentar Evangélica (FPE) distanciou-se do amadorismo político das décadas de 1980 e 1990 para se estruturar como um bloco tecnicamente sofisticado de veto e barganha — a "Bancada da Bíblia".

Ao articular-se com os interesses do capital agrário e das forças de segurança (consolidando o arranjo pluripartidário conhecido como bancada "BBB": Boi, Bala e Bíblia), o segmento religioso adquiriu poder de agenda inédito no Congresso Nacional. A atuação legislativa deixou de ser puramente reativa — pautada apenas no bloqueio de pautas progressistas — e passou a ser proativa, impositiva e orçamentária.

4. O Orçamento como Instrumento de Perpetuação da Escassez e Dependência

A maturidade política da Bancada da Bíblia consolidou-se por meio do controle estratégico do fluxo orçamentário federal, utilizando os mecanismos de emendas parlamentares impositivas e o Orçamento Secreto (RP9) como ferramentas de engenharia social. Longe de ser um mecanismo neutro de distribuição de recursos, a destinação de verbas públicas por parlamentares confessionais opera sob a lógica da manutenção planejada da dependência das bases comunitárias.

Em vez de destinar recursos para macropolos estatais de infraestrutura urbana, saneamento básico universalizado ou educação pública integral — intervenções estruturais que emancipariam a população e reduziram os índices de vulnerabilidade —, a Bancada direciona bilhões de reais em emendas pulverizadas para as suas próprias redes de Organizações da Sociedade Civil (OSCs), prefeituras aliadas e institutos controlados por pastores. O recurso público é fragmentado em ações de assistência imediata e paliativa. Essa dinâmica cria um ciclo simbiótico de dominação política: a bancada parlamentar sabota ou desidrata políticas públicas universais no topo, garantindo que a Geografia da Escassez permaneça ativa e intocada na base. Em seguida, o mesmo grupo parlamentar surge nas periferias distribuindo recursos pontuais via emendas para as instituições eclesiais de acolhimento. A igreja líquida local, que funciona na garagem desobrigada de arquitetura, recebe a verba, distribui o benefício social e colhe a gratidão espiritual e eleitoral do cidadão privado de direitos. A escassez deixa de ser um problema a ser resolvido pelo Estado e passa a ser o recurso político mais valioso do dominionismo, garantindo a reprodução perpétua de seu curral eleitoral confessional.

5. Análise de Fricção Histórica e a Crise Informacional de 2026

A escalada das tensões entre o projeto de hegemonia neopentecostal e as instituições tradicionais obedece a uma cronologia de atritos cumulativos, mapeada detalhadamente na matriz de dados abaixo:

Dimensão Temporal	Evento Crítico / Ação Institucional	Impacto Sociopolítico
Dezembro de 2007	Apresentação do PL 2.623/2007 (Dep. Victório Galli).	Proposta de alteração de 'Padroeira do Brasil' para 'Padroeira dos brasileiros católicos'.

Dimensão Temporal	Evento Crítico / Ação Institucional	Impacto Sociopolítico
Agosto de 2008	Arquivamento do PL 2.623/2007 por inconstitucionalidade.	Rejeição na Comissão de Educação. Ocorre o refluxo nominal, acelerando a tomada de espaços locais.
2011–2018	Multiplicação de atos de iconoclastia e intolerância digital.	Disseminação de redes de destruição de símbolos sagrados católicos por lideranças radicais.
Ano de 2019	Estabelecimento de Inquérito Interno e Monitoramento da CNBB.	A cúpula católica institui recorte temporal para mapear o avanço prático da Teologia do Domínio.
Outubro de 2022	Conflito Eleitoral no Santuário Nacional de Aparecida.	Hostilidades de militantes políticos. Intervenção diplomática do Papa Francisco contra o ódio.
23 de Agosto de 2026	Pronunciamento de Campanha de Flávio Bolsonaro.	Promessa de decreto declarando o Brasil do Senhor Jesus. Funciona como 'Apito de Cachorro'.
24 de Setembro de 2026	Erro de Apuração na Mídia de Massa (GloboNews).	Associação equivocada de projeto atual à autoria do grupo do senador, confundindo com o PL de 2007.
25 de Setembro de 2026	Retratação Mediática e Ataque Hacker à CNBB.	Errata oficial da emissora. Paralelamente, o perfil institucional da CNBB no X sofre sequestro por invasão.
26–27 de Setembro de 2026	Ofensiva Retórica e Nota de Esclarecimento da CNBB.	Acusações mútuas de difamação. CNBB emite nota dura fixando neutralidade e repudiando mentiras.
28 de Setembro de 2026	Divulgação do Dossiê Técnico no Canal UOL.	Daniela Lima revela relatórios secretos provando monitoramento desde 2019 e listando 58 ataques.

6. Teologia do Domínio, "Dog Whistling" e Guerra Híbrida: O Cenário de 2026

A compreensão da crise contemporânea exige a decodificação do conceito de Teologia do Domínio (ou Dominionismo), uma corrente teopolítica que defende que os cristãos detêm o mandato divino de ocupar as "sete montanhas" da cultura e do poder (governo, mídia, educação, economia, família, artes e religião) até que se estabeleça uma teocracia de fato.

Sob essa lente, a declaração de Flávio Bolsonaro em 23 de agosto de 2026 não constitui mera retórica eleitoral ou força de expressão homilética. Para a cúpula da Igreja Católica e para os analistas de Ciência Política, a fala operou estritamente como um mecanismo de "Apito de Cachorro" (dog whistle). Trata-se do uso de linguagem codificada que transmite uma mensagem perfeitamente inofensiva e de teor moral aceitável para o eleitorado geral laico, mas que ativa uma instrução de reconhecimento político e prontidão teológica para o núcleo duro neopentecostal iniciado. A mensagem implícita sinalizava o avanço final sobre a primeira montanha: o aparato normativo do Estado.

O erro anacrônico da emissora de televisão operou como o catalisador que trouxe à superfície uma guerra subterrânea de relatórios e monitoramentos que a Igreja Católica conduzindo desde 2019. A resposta imediata da engenharia digital partidária — materializada no subsequente sequestro da infraestrutura de comunicação digital da CNBB no X — demonstra a sofisticação tática do conflito. Não se trata mais de disputas teológicas em praça pública, mas de táticas de guerra híbrida informacional, onde ataques cibernéticos de negação de serviço, roubo de identidade digital (hacking) e campanhas de assassinato de reputação clerical são empregados para neutralizar a

resistência de instituições tradicionais à marcha do projeto teocrático-populista.

7. Conclusão

A análise rigorosa dos dados e do percurso histórico demonstra que o campo religioso brasileiro perdeu sua estabilidade tradicional. A capilarização neopentecostal, estruturada na flexibilidade espacial, na assistência penitenciária, nas OSCs e na ocupação de instâncias administrativas de base como os Conselhos Tutelares, logrou êxito em edificar uma sólida estrutura de poder político incapaz de ser contida pelos canais institucionais convencionais.

O conflito de setembro de 2026 desvela um cenário onde a Igreja Católica, historicamente habituada ao papel de conselheira moderadora do Estado, vê-se compelida a adotar metodologias de salvaguarda empírica, espionagem institucional de relatórios e notas de repúdio direto para preservar sua própria integridade simbólica e jurídica ante o avanço do dominionismo. A fusão entre dogmatismo religioso, representação parlamentar corporativa baseada no uso estratégico de emendas para exploração da Geografia da Escassez e ferramentas avançadas de guerra cibernética aponta para uma reconfiguração permanente da esfera pública nacional, onde a laicidade do Estado deixa de ser uma garantia constitucional estática e passa a figurar como um território em disputa assimétrica e violenta.

Eloá Kátia Coelho

Cientista Social PUCRS

Coordenadora-Geral de Relações Internacionais do ILAH2